

SINTRAVI- BA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017.


Convenção Coletiva de Trabalho que entre si celebram o SINTRAVI-BA - SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, CERÂMICA DA LOUÇA, PORCELANA; TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ÓPTICA, TRABALHADORES NAS EMPRESAS E INDÚSTRIAS DE FABRICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PEÇAS E ARTEFATOS DE FIBRAS DE VIDRO E SIMILARES NO ESTADO DA BAHIA., CNPJ n. 05.215.375/0001-92, representado por seu Presidente, Sr. HELMO BASTOS SANTOS e a FIEB - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ nº 15.171.150/0001-35, representada por seu Presidente Sr. ANTÔNIO RICARDO ALVAREZ ALBAN, neste ato exercendo a representação sindical das indústrias de vidros com sede na Bahia filiadas ao SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FABRICAÇÃO DE ARTIGOS E EMBALAGENS DE VIDRO, PLANO, DE SEGURANÇA (TEMPERADO OU LAMINADO), CRISTAIS, ESPELHOS E PEÇAS AVULSAS DE VIDRO CRISTAL PARA USO EM RESIDÊNCIAS, HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES, INDUSTRIAIS, VIDROS PARA CONSTRUÇÃO VIDRO PARA LABORÁTORIOS FARMACEUTICOS, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS, GARRAFAS E GARRAFÕES DO ESTADO DA BAHIA - SINDIVIDROS - BA, mediante as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA 1ª - VIGÊNCIA E DATA-BASE

Fica acordada entre as partes a adoção do mês de Janeiro para efeito de data-base da categoria a partir das próximas negociações e, por consequência, a vigência da presente Convenção é fixada em 12 (doze) meses a partir de 01/01/2017.

CLÁUSULA 2ª ABRANGÊNCIA




A presente convenção abrange os empregados integrante da categoria profissional nas empresas com atividade industrial de processadores de vidro e de Vidro Plano na base territorial do sindicato obreiro, sem prejuízo de eventuais Acordos Coletivos de Trabalho celebrados pelo sindicato profissional diretamente com as empresas.

SALÁRIO, REAJUSTES E PAGAMENTO

Piso Salarial

CLÁUSULA 3ª - PISO SALARIAL



Fica estabelecido, o valor mensal de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), nos três primeiros meses do período de experiência. Após o 3º (terceiro) mês de contratação, fica estabelecido, o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais).



SINTRAVI- BA

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA 4ª - REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão aos seus empregados, com salário superior ao do piso, reajuste salarial que obedecerá ao seguinte cálculo e terá vigência a partir do mês de janeiro/2017.

a) 6,5 % (seis, vírgula cinco por cento), incidente sobre o salário praticado em 01 de janeiro de 2017 compensando-se todas as antecipações legais e espontâneas a partir desta data.

b) 1,5 % (um, vírgula cinco por cento), incidente sobre o salário praticado em 01 de julho de 2017.

c) O reajuste salarial aqui concedido é devido a partir de 01 de janeiro de 2017, e se, após a correção, ele for inferior ao do mês anterior, prevalece o salário que a empresa vinha praticando e, caso contrário, se for maior, passa ele a ser o salário do empregado.

Parágrafo Único – Não serão considerados para efeito de dedução os aumentos concedidos a título de mérito, promoção, equiparação salarial, reclassificação ou enquadramento.

CLÁUSULA 5ª - POLITICA SALARIAL

As empresas do setor manterão os salários dos seus empregados em conformidade com a política salarial estabelecida pelo Governo na Legislação em vigor e, nos casos de alteração, esta convenção deverá adaptar-se as mudanças.

Pagamentos de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA 6ª – ADIANTAMENTO QUINZENAL

Havendo disponibilidade financeira, fica facultado às empresas conceder por liberalidade aos seus empregados, a título de adiantamento salarial o percentual de 40% (quarenta por cento), em data a ser definida pelo conveniente de acordo com o dia de pagamento dos salários normativo correspondentes habitualmente utilizado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

Auxílio Transporte

CLÁUSULA 7ª - VALE TRANSPORTE

A empresa fornecerá a importância correspondente às passagens diárias necessárias exclusivamente para o deslocamento dos funcionários nos trechos residência-trabalho e trabalho-residência, nos dias de efetivo labor, procedendo ao desconto mensal dos valores fornecidos de acordo com a legislação em vigor. As empresas fornecerão vale transporte aos seus funcionários, através do sistema de vale transporte nos termos da lei Nº 7.418/85, alterada pela lei nº 7.619/87 e decreto nº 95.247/87.



SINTRAVI- BA

Parágrafo Único – Sendo utilizado pelos empregados ônibus Pool para as conduções, não será considerado "hora In, tinere" a sua espera para o deslocamento.

Auxílio Refeição

CLÁUSULA 8ª – VALE REFEIÇÃO

Será obedecido o intervalo legal da jornada de labor, previsto em lei. As empresas fornecerão alimentação aos seus funcionários, através do sistema de refeição ou alimentação nos termos do Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei 6.321 de 14 de abril de 1976.

Parágrafo 1º Poderá a Empresa fornecer ou não, refeição em refeitório próprio, no ambiente interno da Empresa ou em terceiro contratado;

Parágrafo 2º. O benefício previsto no "caput" desta Cláusula será devido aos empregados com jornada diária a partir de 6 (seis) horas laborais.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA 9ª - ASSINATURA NA CTPS

As empresas se comprometem a assinar a carteira profissional de seus empregados a partir do dia de admissão assim como registrarão na mesma a função para a qual o empregado for contratado.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA 10ª - HOMOLOGAÇÃO RESCISÃO NO SINDICATO

As homologações das rescisões de contrato de trabalho dos empregados com mais de um ano de serviço deverão ser efetuadas no Sindicato Obreiro nos prazos fixados no artigo 477 da CLT.

Parágrafo 1º. Os direitos ou parcelas decorrentes da rescisão de trabalho deverão ser pagos nos seguintes prazos:

- Até o 1º dia útil imediato ao término do contrato;
- Até o 10º dia, contando da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento.

Parágrafo 2º. Na hipótese de divergência nas parcelas rescisórias as homologações deverão ser efetuadas com as ressalvas.

Parágrafo 3º. Quando o empregado não comparecer para a homologação da rescisão ou quando este recusar-se a receber os valores constantes da rescisão contratual deverá o Sindicato Laboral fornecer, ao representante da Empresa, uma declaração confirmando a sua presença e a recusa do recebimento por parte do empregador desligado com o devido motivo, de modo a resguardá-la de responsabilidades futuras, desde que fique comprovado que o empregado desligado com o devido motivo de modo a resguardá-la de responsabilidade futuras, desde que fique comprovado que o empregado foi



SINTRAVI- BA

brevemente avisado a respeito da data e local da homologação, com a posição do seu "ciente" no documento correspondente, por meio de carta registrada ou pessoalmente.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

CLÁUSULA 11ª - JORNADA DE TRABALHO Duração e Horário

A duração normal do trabalho será de 44(quarenta quatro), horas semanais ou 220 (duzentos e vinte), horas mensais, já estando incluso na remuneração destas horas o descanso semanal remunerado.

Parágrafo 1º. No caso de ocorrência de extrapolação de jornada de trabalho fica dispensada a remuneração da hora, bem como o seu acréscimo desde que o excesso de horas em um dia seja, compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10(dez) horas diárias, nos termos do parágrafo segundo do art.59 da CLT;

Parágrafo 2º. Ocorrerá jornada em regime de revezamento de 12hs x 36hs (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de folga), só quando de comum acordo entre a empresa e os empregados envolvidos nesta jornada de trabalho.

Adicional de Horas Extras

CLÁUSULA 12ª - HORA EXTRA

As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) de segunda feira a sábado e aos domingos e feriados, o adicional praticado será de 100% (cem por cento) em relação do valor da hora normal diurna.

CLÁUSULA 13ª Banco de hora – Compensação

Faculta-se às empresas a adoção de compensação de horas trabalhadas, pelo qual poderá ser dispensado o acréscimo do salário, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de seis meses, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado os limites máximos de dez horas diárias para a referida compensação, sob pena de pagamento das horas trabalhadas, como extra, na forma deste instrumento.

Parágrafo 1º. Será compreendido como Banco de horas o acúmulo de horas extras - ordinárias de até 1 (Hum) ano, para a devida compensação.

Parágrafo 2º. Os empregadores fornecerão, gratuitamente, um lanche aos seus empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração superior a uma hora.



SINTRAVI- BA

Adicional Noturno

CLÁUSULA 14ª - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho realizado das 22h00min até as 05h00min do dia seguinte é considerado noturno e será remunerado com o acréscimo de 20% (vinte por cento) previsto no artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA 15ª – TRIÊNIO

A título de gratificação adicional por tempo de serviço, a empresa pagará aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 03% (três por cento) do respectivo salário, limitada cada triênio ao valor equivalente ao de um salário mínimo legal.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA 16ª - DIA DO TRABALHADOR E TRABALHADORA

No ano de 2017, O dia do trabalhador e trabalhadora, será na segunda-feira que antecede o feriado do carnaval, ou seja, dia 27/02/2017.

Parágrafo 1º. Não havendo trabalho para os empregados e empregadas, sem prejuízos de remuneração ou do repouso semanal remunerado;

Parágrafo 2º. Poderá a Empresa por discricionariedade, alterar esta data mediante prévio aviso aos colaboradores de no mínimo 30 dias antes.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

CLÁUSULA 17ª – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas colocarão à disposição de seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual conforme determina a legislação vigente, sendo obrigatória a sua utilização, objetivando proteger a saúde e a integridade física dos mesmos.

Parágrafo 1º. Por liberalidade, as empresas orientarão, através de seminários, cursos e palestras, todos os seus empregados sobre as normas de segurança e a forma adequada de utilização dos EPI's;

Parágrafo 2º. O empregado que usar os EPI's de forma inadequada ou se recusar a utilizá-los será advertido pela empresa. Na ocorrência de reincidência da conduta pelo empregado, poderá a empregadora aplicar medida de suspensão e informar a entidade sindical para que este cumpra a medida disciplinar cabível. Sendo o empregado reincidente poderá o empregador aplicar a penalidade máxima nos termos do artigo 482 da CLT.

Parágrafo 3º. Por ocasião da ruptura do vínculo Laboral, o empregado fica obrigado a devolver a empresa os EPIs, e em caso de extravio ou dano



SINTRA VI- BA

proposital fica a empresa autorizada a descontar em Folha de Pagamento ou Recibo de Rescisão de Contrato de Trabalho, o valor correspondente.

Uniformes

CLÁUSULA 18ª - UNIFORME

Serão fornecidas anualmente aos empregados que exerçam atividades ligadas à produção 02 (duas) camisas de forma gratuita, cabendo às empresas a regulamentação do seu uso.

Parágrafo Único – Por ocasião da ruptura do vínculo Laboral, o empregado fica obrigado a devolver a empresa os fardamentos completos, e em caso de extravio ou dano proposital fica a empresa autorizada a descontar em Folha de Pagamento ou Recibo de Rescisão de Contrato de Trabalho, o valor correspondente.

CIPA composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA 19ª - CIPA

A empresa que possuir número de empregados estipulados em Lei fica obrigada a constituir CIPA, devendo quando do processo de constituição e/ou eleições de seus membros fazer comunicação previa de até 48h (quarenta e oito horas) da eleição ao Sindicato Laboral.

Exames Médicos

CLÁUSULA 20ª - EXAMES MÉDICO DEMISSSIONAL COM LAUDO

A empresa obriga-se a realizar exames médicos demissionais, conforme prescrito em Lei, sem qualquer custo para os empregados, antes da efetivação da homologação da rescisão de contrato de trabalho, comprometendo-se a fazer a entrega aos mesmos de uma cópia dos respectivos laudos médicos.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA 21ª - ATESTADO MÉDICO

Os atestados médicos, desde que sejam fornecidos por médicos da Previdência Social, SUS ou pelo médico conveniado a plano de saúde serão aceitos pela empresa, sendo obrigatória a entrega do atestado médico pelo empregado no primeiro dia útil subsequente do afastamento do trabalho.

Parágrafo Único – Para sua validade, o atestado deverá constar de identificação do empregado, a assinatura e o carimbo com o número do CREMEB ou CROBA do profissional firmatário do documento, o CID da doença conforme a Lei, a ser representado em duas vias (original e cópia), a fim de que a empresa declare na cópia a ser imediatamente devolvido ao empregado o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário, e assinatura do preposto da empresa.



SINTRAVI- BA

RELAÇÕES SINDICAIS

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA 22ª - RELAÇÃO DOS TRABALHADORES

As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato Laboral a relação dos seus empregados ativos.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA 23ª - TAXA CONFEDERATIVA (ASSISTENCIAL)

A empresa descontará dos salários dos seus empregados o valor correspondente a R\$ 90,00 (noventa reais), dividido em 06 (seis) parcelas e sendo descontados nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro de 2017 e repassará a quantia ao Sindicato Laboral, para custeio do sistema Confederativo da representação sindical conforme artigo 8º, IV CF, devidamente aprovada em Assembleia Geral do referido sindicato signatário.

Parágrafo 1º. Fica assegurado ao empregado opor-se aos descontos da taxa assistencial previstos nesta cláusula, no prazo de 10 dias, contados da data da ampla divulgação, devendo para tanto, comparecer pessoalmente à sede do seu sindicato e, através de pedido escrito a mão ou formulário próprio, manifestar a sua livre intenção, ficando ele responsável por informar a empresa, no prazo de 10 (dez) dias subsequentes a sua opção, sob pena de efetivação do desconto.

Parágrafo 2º. Os empregados que venham a se associar ao Sindicato dos Empregados, ficarão isentos do pagamento da taxa assistencial.

Parágrafo 3º. Será de inteira responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente, eventuais devoluções impostas pelo Poder Público em decorrência de questionamento manifestado pelo Empregado quanto ao exercício do seu direito de oposição.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA 24ª – JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir qualquer divergência na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo



SINTRAVI- BA

CLÁUSULA 25ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA.

A violação das regras estabelecidas neste acordo coletivo sujeitará ao infrator o pagamento de multa correspondente a um piso salarial dos empregados, que deverá ser revertida em favor do prejudicado, conforme estabelece o artigo 613º inciso 7º da CLT.

Outras Disposições

E, por assim estarem justos e convencionados firmam o presente instrumento para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

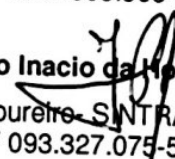
Salvador 17 de janeiro de 2017.


Helmo Bastos Santos

Presidente do SINTRAVI-BA
CPF: 081.693.305-72

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Presidente da Federação das
Indústrias do Estado da Bahia -
FIEB
CPF: 261.812.235-68


Julio Inacio da Hora Filho

Tesoureiro SINTRAVI-BA
CPF 093.327.075-53

*Julio Inacio da Hora Filho
Tresoureiro
SINTRAVI-BA*

Antonio Carlos Alves de Almeida

CPF: 091.896.705-82
Presidente da ADEVIBASE


Josefa Karla Carmo Matos de Jesus

CPF: 416.954.965-15
Presidente do Sindivíduos - BA

João Carlos Araújo Borba

CPF: 599.857.985-20

Amilton Santos Rosa

CPF: 125.241.585-00

